

Falando sobre Gênero

Na London Feminist Network's "Feminar" em maio de 2010, Debbie Cameron e Joan Scanlon falaram sobre gênero e o que isso significava para o feminismo radical. O que segue é uma cópia editada de seus comentários.

Debbie Cameron:

O propósito da discussão de hoje é tentar destrinchar a confusão teórica e política que agora ronda o conceito de *gênero*, e é provavelmente útil iniciar se perguntando o que está causando essa confusão.

Conversas sobre "gênero" hoje em dia frequentemente levam a problemas porque as pessoas estão utilizando a mesma palavra para querer dizer mais ou menos a mesma coisa mas, num exame mais apurado, elas não estão falando sobre o mesmo conjunto de coisas do mesmo ponto de vista. Por exemplo, quando lançamos o *T&S Reader* na feira de livros radicais de Edinburgh, algumas estudantes vieram depois dizer que estavam contentes que produzimos o livro, mas surpresas que ele não falava muito sobre gênero. Na realidade, é tudo sobre gênero no sentido feminista radical – relações de poder entre mulheres e homens -, então esse comentário não fazia muito sentido para nós. De início, Joan ficou completamente perplexa com isso; eu entendi o que elas deveriam estar compreendendo somente porque eu ainda sou uma acadêmica, e na academia você ouve "gênero" sendo muito utilizado dessa forma.

O que está acontecendo é que durante os 1990s, teóricos e ativistas *queer* desenvolveram uma nova maneira de falar sobre o gênero: ele possuía pontos de coincidência com a forma do feminismo antigo falar, mas a ênfase era diferente, a teoria por trás dele era diferente (basicamente era a teoria pós-moderna de identidade associada à filósofa Judith Butler, embora eu não acredite que Butler em si mesma diria que feministas não tinham análise crítica do gênero), e a política que surgiu disso foi muito diferente. Para as pessoas cujas ideias eram formadas seja pelo encontro com a teoria feminista acadêmica ou pelo envolvimento na política e ativismo *queer*, esse se tornou o significado de "gênero". Elas acreditavam o que lhes tinha sido dito, que feministas nos 70s e 80s não possuíam uma

análise crítica do gênero, ou que possuam a análise errada porque suas ideias sobre gênero eram “essencialistas” ao invés de “construcionistas sociais”.

Não acreditamos nisso, e em um minuto explicaremos o porquê. Mas primeiro vale a pena fazer um “compare e contraste” geral sobre a “antiga” visão feminista do gênero e a nova versão que saiu da política/teoria *queer* dos 1990s.

	“Antigo” Gênero	“Novo” Gênero
O Que é Gênero?	Um sistema de relações sociais/de poder estruturadas em uma divisão binária entre “homens” e “mulheres”. A categorização está usualmente na base do sexo biológico, mas o gênero como o conhecemos é uma coisa social ao invés de biológica (por exemplo, masculinidade e feminilidade são definidos diferentemente em diferentes tempos e espaços).	Um aspecto da identidade pessoal/social, usualmente atribuída para você de nascimento na base do sexo biológico (mas essa conexão “natural” é uma ilusão – assim como é a ideia de que devem haver dois gêneros porque existem dois sexos).
O Que é Opressivo Sobre o Gênero?	O fato é que ele é baseado na subordinação de um gênero (mulheres) pelo outro (homens).	O fato de que é um sistema binário rígido. Ele força toda pessoa a se identificar como homem ou como mulher (não nenhum dos dois, ambos ao mesmo tempo, algo entre eles ou alguma coisa totalmente diferente) e pune qualquer um que não se conforme. (Isso oprime tanto homens quanto mulheres, especialmente aqueles que

		não se identificam inteiramente com o modelo prescrito para o seu gênero)
O Que Seria Uma Política de Gênero Radical?	Feminismo: mulheres organizadas para dismantelar o poder masculino e, assim, o inteiro sistema de gênero. (Para feministas radicais, o ideal número de gêneros seria... <u>Nenhum.</u>)	“Genderqueer”: mulheres e homens rejeitam o sistema binário, identificam-se como “foras-da-lei do gênero” (por exemplo, queer, trans) e demandam reconhecimento por uma série de identidades de gênero. (Dessa perspectiva, o número ideal de gêneros seria... Infinito?)

Existem tanto similaridades quanto diferenças entre as duas versões. Para ambas, o gênero está conectado ao sexo mas não é o mesmo que ele; para ambos, o gênero como o conhecemos é um sistema binário (existem, basicamente, dois gêneros); e ambas abordagens provavelmente concordariam que o gênero é sobre poder E identidade, mas suas ênfases em um ou outro diferem. Elas também diferem porque os que sustentam a teoria *queer* não pensam em termos de homens oprimindo mulheres, eles pensam as normas de gênero como tais como mais opressivas do que a hierarquia de poder, ou querem “mais” gênero ao invés de menos ou nenhum.

Para realizar um entendimento dessas ideias e decidir o que você pensa delas, é útil entender um pouco de história – a história das ideias radicais sexuais e feministas. Existem três perguntas principais que pensamos valerem a pena de serem desenvolvidas com maiores detalhes:

1. É verdade que o feminismo radical é/foi “essencialista” em sua visão do gênero?
2. O que é, e o que foi, a relação entre as políticas de gênero e sexualidade?
3. O que o feminismo radical e *queer* ou a política “genderqueer” têm em comum, e quais são as diferenças básicas, e quais são seus respectivos objetivos políticos?

É/Foi o Feminismo Radical Essencialista?

Vamos tirar algo do caminho: *existem* variedades essencialistas do feminismo, correntes de pensamento no qual, por exemplo, poderes místicos são atribuídos ao corpo feminino ou acredita-se que os homens são naturalmente maus, e algumas das mulheres que aderem a essas ideias podem usar ou serem dadas o rótulo de “feminista radical”. Mas se considerarmos o feminismo radical como uma tradição política que produziu, entre outras coisas, um corpo de textos feministas que vieram a ser considerados como “clássicos”, é surpreendente (dada quão frequente tem sido feita a acusação de essencialismo) quão consistentemente não-essencialista sua visão de gênero tem sido.

Como forma de ilustrar isso, juntei algumas citações dos escritos de mulheres que são geralmente consideradas como feministas radicais arquetípicas – juntamente com Simone de Beauvoir, frequentemente considerada como a fundadora antepassada da moderna “segunda onda” feminista, cujo livro *O Segundo Sexo* (publicado pela primeira vez na França em 1949) é anterior em 20 anos. Beauvoir não era essencialista e, apesar de que ela não usou um termo equivalente a *gênero* (isso ainda não é comum em francês), ela faz muitos comentários que dependem em distinguir o biológico dos aspectos sociais de ser uma mulher. Um dos meus favoritos, por causa de seu tom sarcástico seco, é esse: “Todo ser humano fêmea não é necessariamente uma mulher; para ser assim considerada ela deve participar dessa realidade misteriosa e ameaçada conhecida como feminilidade”.

Uma pioneira feminista de segunda onda que tem sido frequentemente castigada por essencialismo (porque ela sugeriu que a subordinação das mulheres deve originalmente ter ocorrido devido a seu papel na reprodução e nutrição) é Shulamith Firestone, autora de *The Dialectic of Sex* (1970). Mas, na verdade, Firestone não via a hierarquia social construída na diferença sexual como natural e inevitável. Ao contrário, ela declara no *Dialectic* que

assim como o objetivo final da revolução socialista seria não somente a eliminação do privilégio de classe econômica mas a distinção da classe econômica em si mesma, assim também o objetivo final da revolução feminista deve ser (...) não somente a eliminação do privilégio masculino mas a distinção

de sexo em si mesma: diferenças genitais entre seres humanos não mais importariam culturalmente.

Pouco depois, no escrito da feminista materialista radical francesa Christine Delphy, o gênero é teorizado como nada mais que o produto das relações de poder hierárquicas; não é uma diferença pré-existente na qual essas relações são então sobrepostas. A visão de Delphy é uma na qual menos pensadores radicais veem como extrema, mas o que quer que pensem, isso dificilmente poderia ser menos essencialista. Como Delphy mesma diz:

Não sabemos com o quê os valores, os traços de personalidade individual ou a cultura de uma sociedade não-hierárquica se pareceriam, e temos grande dificuldade de imaginar isso. (...) Talvez só seremos capazes de pensar sobre o gênero no dia em que pudermos imaginar um não-gênero.

Todas as escritoras que eu acabei de citar são mulheres que “podem imaginar um não-gênero (e assim o fazem)”. Essa boa vontade de pensar seriamente sobre o que, para a maioria das pessoas, incluindo muitas feministas, é impensável – que um mundo verdadeiramente feminista não somente operaria sem as desigualdades de gênero mas efetivamente sem distinções de gênero -, é, nós argumentaríamos, uma das marcas do feminismo radical, uma das maneiras que ele se supõe como “radical”.

Outra coisa que faz o feminismo radical se destacar é a maneira pela qual ele relaciona o gênero com a sexualidade e, ambos, com o poder. Os escritos de Catharine MacKinnon fazem essa relação particularmente forte, como na seguinte passagem tomada de *Feminism Unmodified* (1987):

A teoria feminista do poder é a de que a sexualidade é “generizada” e o gênero é sexualizado. Em outras palavras, o feminismo é uma teoria de como a erotização da dominação e submissão cria o gênero, cria mulheres e homens na forma social na qual nós os conhecemos. Portanto, a diferença de sexo e a

dinâmica dominação-submissão definem uma à outra. O erótico é o que define o sexo como desigualdade e, por isso, como uma diferença significativa. Isso é, na minha visão, o significado social da sexualidade, e a consideração distintamente feminista da desigualdade de gênero.

Isso mostra que algumas célebres feministas radicais tomaram uma visão não-essencialista da *sexualidade* assim como do gênero. De fato, uma das considerações mais radicalmente não- ou anti-essencialistas da sexualidade que pudermos pensar – tão radical quanto qualquer trabalho de teóricos *queer* em rejeitar a ideia de identidades sexuais fixadas e finitas - vem da feminista radical Susanne Kappeler em seu livro *The Pornography of Representation* (1986):

Numa perspectiva política, a sexualidade, como a linguagem, pode cair na categoria das relações intersubjetivas: intercâmbio e comunicação. As relações sexuais – o diálogo entre dois sujeitos – determinariam, articulariam, uma sexualidade dos sujeitos como a interação do discurso geraria papéis comunicativos nos interlocutores. A sexualidade não mais nos falaria muito sobre a questão da identidade, de um papel fixo na ausência de uma praxis, mas a possibilidade com o potencial de diversidade e intercambialidade, e a possibilidade crucialmente dependente de um interlocutor e codeterminada por ele, outro sujeito.

Mais tarde explicaremos porquê pensamos que essas ideias feministas radicais sobre gênero, sexualidade, identidade e poder, na realidade, emitem um desafio muito mais radical ao *status quo* do que as ideias da política *queer*.

Joan Scanlon:

Como a Debbie disse anteriormente, fiquei completamente aturdida quando as duas jovens em Edinburg perguntaram porque não havia mais sobre gênero no *The Trouble & Strife Reader* (2009). Liguei para Su Kappeler (veja a citação dela acima) e ela disse: “O negócio é o seguinte, Joan: é como o que Roland Barthes escreveu em algum lugar, que se você tem um guia da Itália, você não vai encontrar “Itália” no índice – você vai encontrar Milão, Nápoles ou o Vaticano...” Então eu pensei sobre isso, e percebi que, enquanto isso era certamente verdadeiro, havia algo a mais acontecendo: é como se o mapa da Itália tivesse desaparecido (bastante útil como uma forma de relacionar Milão, Nápoles e o Vaticano) e, ao invés disso, a realidade geográfica, política e econômica da Itália fora substituída por um espaço virtual no qual a Itália poderia ser um baile de máscaras, uma bandeira tricolor, um salão de sorvete – ou qualquer combinação de flutuantes significantes livres. E, assim, retornando ao conceito de gênero, compreendi que precisamos reconstruir o mapa, e que precisávamos olhar historicamente para a pergunta para dar sentido a essa mudança de significado.

É claro que os mapas mudam, assim como as fronteiras políticas mudam – mas você não vai longe sem uns ou outros. Precisamos, portanto, examinar o porquê das feministas terem adotado o termo gênero para descrever a realidade material – o cumprimento sistemático do poder masculino – e como uma ferramenta para a mudança política. Eu vou começar com algumas definições e então falar brevemente sobre a história da sexualidade, a relação entre gênero e sexualidade, e como essa relação entre essas duas construções mudou desde o início do século passado. Também vou examinar brevemente no que o feminismo tem em comum com a política *queer*, e aonde residem suas diferenças fundamentais.

Definições: Feminismo, Gênero, Sexualidade

Quando eu estava escrevendo uma coisa com Liz Kelly no final dos 1980s, nós decidimos que, com a proliferação dos “feminismos”, nós precisávamos afirmar que o termo feminismo não possuía sentido se ele somente significasse o que qualquer indivíduo quisesse que ele significasse. Em outras palavras: você não pode ter um plural sem um singular – então nós definimos o *feminismo* simplesmente como “um reconhecimento de que mulheres são oprimidas, e um comprometimento em mudar isso”. Além disso, você pode ter qualquer

número de diferenças de opinião sobre *porquê* as mulheres são oprimidas e um número de diferenças sobre *estratégias* de mudar isso.

Em 1993, na nossa 10ª edição de aniversário do *T&S*, nós então pedimos a várias mulheres para que definissem o feminismo radical. As definições que todas tinham em comum eram: elas tomam como central que o gênero é um sistema de opressão, e que homens e mulheres são dois grupos socialmente construídos que existem precisamente por causa da relação de poder desigual entre eles. Ainda, todas elas afirmam que o feminismo radical é *radical* porque ele questiona *todas* as relações de poder, incluindo formas extremas como violência masculina e a indústria do sexo (algo que sempre tem sido extremamente controverso no interior do movimento das mulheres e uma questão extremamente impopular de se fazer campanha contra). Ao invés de mexer nas bordas da questão do gênero, o feminismo radical consigna o problema estrutural que subjaz a ele.

Para definir gênero, portanto, parece ser um passo necessário a compreensão da proliferação dos significados que surgiram em seu uso plural de agora. O gênero, como feministas radicais sempre o compreenderam, é um termo que descreve a opressão sistemática de mulheres, como um grupo subordinado, pelo benefício do grupo dominante, os homens. Este não é um conceito abstrato – ele descreve as circunstâncias materiais da opressão, incluindo o poder masculino institucionalizado e o poder no interior das relações pessoais – por exemplo, a divisão desigual de trabalho, o sistema de justiça criminal, a maternidade, a família, a violência sexual... E assim por diante. Aqui eu devo dizer que poucas feministas argumentariam que o gênero *não* é socialmente construído; acredito que o feminismo radical só é acusado de essencialismo biológico porque ele tem sido central na campanha contra a violência masculina e, por alguma razão, nós somos portanto acusadas de pensar que todos os homens são violentos de maneira inata – o que eu nunca entendi. Se você está envolvido numa política de mudança, seria completamente sem sentido pensar que qualquer coisa que você busca mudar é inato ou imutável.

Se o gênero é visto, no patriarcado, como emanando do sexo biológico – a sexualidade é essencializada se alguma coisa ainda mais –, é visto como emanando da nossa própria natureza, de *desejos* e *sentimentos* que estão consideravelmente fora de nosso controle, mesmo se o nosso *comportamento* sexual pode ser regulado por códigos morais e sociais. E, para concluir com as definições, pegarei emprestado a definição de sexualidade de Catherine MacKinnon como um “processo social que cria, organiza, direciona e expressa

desejo”. Além de pontuar que isso claramente indica que feministas radicais compreendem a sexualidade como sendo socialmente construída, não vou destrinchar mais isso aqui, assim como espero que tenha ficado claro a partir do que vou dizer.

Uma Breve História da Sexualidade

É somente a partir de cerca de 1870 em diante que o discurso médico, científico e legal começou a classificar e categorizar indivíduos por seu tipo sexual – e produziu o que historiadores agora reconhecem como uma específica identidade homossexual ou lésbica. Antes do final do século XIX, o comportamento sexual foi concebido em termos de pecado e crime – em termos de *atos* sexuais e não *identidades* sexuais. No Reino Unido, a homossexualidade masculina foi criminalizada até 1967, e a lesbianidade, apesar de nunca ilegal, foi reprimida de outras formas; não era uma opção econômica para mais do que um pequeno número de mulheres privilegiadas com recursos independentes até depois da Segunda Guerra Mundial. A sexualidade feminina sempre foi controlada por coerção física, por dependência econômica dos homens, e não menos pela ideologia - o ensaio de Adrienne Rich “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica” (1979) mostra a variedade e inventividade desses meios de controle.

O gênero é uma das formas nas quais a sexualidade é mais efetivamente policiada: dado o constante reforço do sistema binário de gênero como uma forma de controle social, se você pisa fora do seu papel de gênero imposto, você é provável de ser estigmatizado como homossexual, e vice-versa. Em outras palavras, se você se abstém das recompensas da feminilidade – através, por exemplo, de se tornar uma encanadora, não raspar suas pernas, dizer para um homem se foder se ele está te assediando – você é provável de ser acusada de ser lésbica. (Um homem que não se conforma com as convenções da masculinidade, e é visto empurrando um carrinho de bebê, vestindo rosa, ou que não gosta de futebol, é igualmente provável de ser acusado de ser gay.) E, similarmente, se você é mesmo lésbica, você é provável de ser esperada de agir como um homem, de exibir desejo masculino – e mulheres heterossexuais são prováveis de se preocuparem se você gosta delas, e são encorajadas a evitar espaços exclusivos de mulheres no caso de que existe o risco de ser atacada (isso pode ser menos verdadeiro agora, mas sempre foi uma questão considerando-se os eventos

exclusivos de mulheres quando eu primeiro me envolvi com o feminismo – ou seja, que mulheres heterossexuais pensavam que “mulheres somente” significava lésbico e que, por isso, presumiam que tais espaço/eventos seriam sexualizados.) De qualquer forma, isso é parte do que Catherine MacKinnon quis dizer quando ela disse que “o gênero é sexualizado, e a sexualidade é ‘generizada’” – em outras palavras, a diferença de poder entre homens e mulheres é erotizada, e não reconheceríamos algo como sexual se isso não fosse sobre poder. Então qualquer coisa que é percebida como sexual – tal como a identidade gay e lésbica – é lida através dessas lentes e, assim, “generizada”.

Os primeiros sexólogos tiveram papel significativo em criar e consolidar esse mito de que lésbicas eram inerentemente mulheres masculinizadas, e que homens homossexuais eram inerentemente femininos. Está também no trabalho de, por exemplo, Richard von Krafft Ebing, que você primeiro encontra a ideia de um homem nascido no interior do corpo de uma mulher e vice-versa. Apesar dos primeiros sexólogos dissiparem muitos outros mitos sobre o comportamento sexual, e contribuírem para desafiar a criminalização da homossexualidade por apresentá-la como “natural” e inata, ao assim fazer, também afirmavam a ideia de que a sexualidade era uma parte essencial da natureza humana que era também perigosa e precisava ser controlada pela intervenção médica, ou uma força positiva que precisava ser liberada das restrições repressivas da civilização. Eles frequentemente discordavam entre si, e contradiziam a si mesmos, mas coletivamente eles criaram e confirmaram o mito de que todos temos uma “identidade sexual verdadeira”, que a ciência da sexualidade pode ajudar a revelar. Alguns de seus escritos parecem agora como completo *nonsense*, mas é impossível subestimar a importância desses textos na literatura e na imaginação popular da época.

Só para dar-lhes um exemplo: Richard von Krafft Ebing (de cujos estudos de caso Radclyffe Hall baseou seus personagens no *Well of Loneliness*) argumentou que homossexuais não eram nem doentes mentalmente nem depravados moralmente – vez que eles sofreram uma inversão congênita do cérebro durante a gestação do embrião. Além disso, ele estava convencido de que você poderia encontrar evidência de masculinidade em mulheres “invertidas” (homossexuais) para confirmar a causa genética de sua condição. Havelock Ellis, que escreveu o prefácio para *Well*, concordou com essa posição, e continuou a argumentar que você poderia distinguir entre verdadeiras mulheres “invertidas” cuja natureza era permanente e inata, e aquelas mulheres que eram atraídas a “invertidas” porque, apesar de elas serem mais femininas, elas “não estavam bem adaptadas para a criação de filhos” e, por isso, não serviam para o sexo heterossexual procriativo. Uma visão mais clara

foi articulada por Edward Carpenter, reformista socialista e filósofo utópico: Carpenter, que usou o termo *Urano* (dos céus) para descrever indivíduos que eram atraídos por outros do mesmo sexo, tinha uma visão mais mística e lírica do sujeito completo (ele é facilmente ridicularizado porque ele tinha uma espécie de comitiva de culto e não somente fez suas próprias sandálias como também as fez para o resto de sua comunidade, que vivia em uma comuna perto de Sheffield), mas ele é, em muitos sentidos, o mais radical de todos eles. Ele era muito mais interessado em temperamento e sensibilidade que em sinais exteriores (biológicos) de desvio das convenções da masculinidade e feminilidade, e ele também acreditava que aqueles que pertenciam ao “sexo intermediário” poderiam construir diferenças de classe e raça, e serem intérpretes entre homens e mulheres, vez que compartilhavam das características de ambos. Economistas e políticos do movimento pensaram as visões de Carpenter como um *nonsense* sentimental, mas ele se torna próximo de todos os sexólogos dizendo que o gênero em si é o problema, e que extremos do sistema binário de gênero são prejudiciais ao tipo de sociedade ideal que ele imagina.

Não vou desenvolver meu caminho através de todos os sexólogos do século XX – sem dúvidas que vocês estejam mais familiarizados com os experimentos de laboratório dos Masters e Johnson, e as célebres pesquisas em comportamento sexual por Alfred Kinsey e Shere Hite dos 1950s e 1980s respectivamente, que abalaram o *establishment* ao mostrar, dentre outras coisas, a diversidade do comportamento sexual e o predomínio do desejo homossexual entre a população heterossexual em geral nos EUA. A questão principal sobre os primeiros sexólogos, o que eles têm em comum, é que eles fizeram do sexo o sujeito do estudo científico, e muitos poucos deles olharam para o gênero *per se*, ou para o contexto social e significado da sexualidade.

A relação do gênero com a sexualidade mudou no final dos 60s e 1970s, em grande medida por causa da emergência do movimento de mulheres e o movimento de liberação gay. Com a ascensão do feminismo e a publicação de inúmeros textos-chave tais como *Política Sexual* (1970) de Kate Millet, a lesbianidade não era mais vista como uma subcategoria da homossexualidade masculina, e não somente como uma identidade sexual, mas como uma identidade política, dentro do contexto das relações de poder “generizadas” – em outras palavras, foi possível poder ver ser uma lésbica como ser uma mulher, desafiar a heterossexualidade como uma instituição, e desafiar o poder no interior de relações pessoais. Eu penso que sou extraordinariamente sortuda por ter encontrado o feminismo no final dos 1970s (quando eu estava em meus iniciais 20s) – vez que eu seria, do contrário,

completamente persuadida de que eu era uma “inversão” ou, deus me livre, uma Urano, ou o quer que seja, se eu tivesse nascido numa época anterior. O movimento de mulheres do final dos 60s e 70s ofereceram a várias mulheres uma oportunidade sem precedente para fazer sentido de suas experiências como mulheres, teorizar sobre, e fazer algo sobre.

Nós frequentemente esquecemos que pensadores no interior do movimento de liberação gay na atualidade tinham muito em comum com o feminismo: desconstruir a masculinidade, questionar a família nuclear, desafiar a misoginia e buscar uma sexualidade da igualdade. Apesar de que feministas continuaram a trabalhar muito em parceria com homens gays, contra uma opressão comum – a heterossexualidade institucionalizada – nós também vimos que nosso foco na construção social da sexualidade estava em desacordo com a visão predominante no movimento gay de que a sexualidade era inata. Por exemplo, no final dos 1980s, durante a campanha contra o artigo 28 do projeto de lei do governo local (que proibiu autoridades locais de “promover” a homossexualidade e “simulou”, isto é, famílias de mesmo sexo, nas escolas), o principal argumento dentro do movimento gay era de que você não poderia fazer alguém gay, que gays somente representavam 10% da população, que você nascia gay e, por isso, não representava nenhuma ameaça ao *establishment*. E, é claro, como feministas, estávamos argumentando o oposto, de que você poderia de fato mudar sua sexualidade, e que certamente buscávamos ser uma ameaça ao *establishment*. A epidemia da AIDS politizou grandes números de homens gays ao redor da sexualidade, defendendo a liberdade sexual individual contra as políticas repressivas da extrema direita mas, ao recorrer novamente ao apelo pela tolerância do mundo heterossexual, e um pedido pela inclusão no privilégio heterossexual (uniões civis, etc.) – que foram estrategicamente bem-sucedidos em obter tais objetivos precisamente porque não eram vistos como ameaçando o *establishment* liberal – é possível que esse movimento tenha pavimentado o caminho para uma política que não somente questionava o comportamento heterossexual, mas buscava criar um espaço para essas vítimas do gênero que se encontravam fora do sistema binário de gênero e fora de uma concepção binária paralela da sexualidade. Você pode muito bem dizer que o feminismo parecia oferecer tal política e tal espaço, então é importante olhar, portanto, para as diferenças entre o feminismo e a política *queer*.

O que o feminismo radical tem em comum com a política *queer* é:

- Uma compreensão de que o gênero e a sexualidade são socialmente construídos.
- Um reconhecimento de que os papéis de gênero binários são opressivos.

- Uma compreensão de que os papéis de gênero são produzidos através da performance, e confirmados pela sua constante re-atuação.
- Um comprometimento em desafiar as suposições e práticas heteronormativas.

As diferenças entre o feminismo radical e a política *queer* são:

- O feminismo radical é uma análise materialista que argumenta que o gênero não é produzido meramente através do discurso e performance, mas é um sistema no interior do qual um gênero (masculino) tem poder econômico e político, e o outro (feminino) não tem – e o grupo dominante tem um investimento em manter isto dessa forma.
- O feminismo radical envolve uma compreensão de que você não pode produzir (ou questionar) o sistema de gênero através do discurso ou da performance individual – ao adotar certas roupas, linguagem, ou mesmo desafiando seu corpo anatômico. Fora de certos contextos limitados, a cultura dominante ainda vai interpretar esses gestos de acordo com os códigos sociais dominantes, e tentar te categorizar como homem ou mulher. (Em outras palavras, no metrô, no supermercado, no trabalho, esses gestos individuais ou afirmações performativas serão ininteligíveis, e bastante ineficazes como um desafio ao sistema de gênero.)
- Judith Butler argumenta que o feminismo, ao afirmar que mulheres são um grupo com características e interesses comuns, tem reforçado a visão binário do gênero, no qual os gêneros masculino e feminino são construídos em corpo masculinos e femininos. Feministas de fato argumentam que mulheres tem um interesse político comum (em vez de exibirem características comuns), e que mulheres sofrem de uma opressão comum (na qual experienciam de diferentes formas de acordo com outras formas de relações de poder, incluindo raça e classe), e que os corpos de mulheres são o local para muito dessa opressão, mas isso não é argumentar que a categoria mulher é uma categoria indiferenciada. É somente argumentar que tão logo mulheres são oprimidas como mulheres, existe a necessidade de uma identidade política comum, de forma a se organizarem efetivamente para resistir a essa opressão.
- O feminismo radical é comprometido em mudar o sistema de gênero, em desafiar a opressão em todas as suas formas. Nós, portanto, não temos nenhum investimento em sermos fora-da-lei, que vem de uma noção romantizada da opressão. Além disso, se *sentir* oprimido não é o mesmo que *ser* oprimido. De forma a celebrar sua identidade como um fora-da-lei, você deve ter um investimento no sistema que faz com que você seja um fora-da-lei. O *queer* me parece abranger as mais extremas vítimas do sistema de gênero, e criar um guarda-chuva que cobre

aqueles que são relutantes foras-da-lei sociais (usualmente dos grupos mais pobres e privados de direitos da sociedade, com nenhum amortecedor contra o preconceito social – ou seja, aqueles que são foras-da-lei sem escolha) e aqueles para o qual brincar de ser um fora-da-lei é um jogo de privilégio intelectual ao invés de realidade duramente vivida.

- O *queer* é, por sua própria definição, tudo o que está em desacordo com o normal, o legítimo, o dominante. O *queer*, então, demarca “não uma positividade, mas um posicionado *vis-à-vis* ao normativo”. Segue-se a isso que a política *queer* não tem objetivos políticos particulares, à parte de desafiar os discursos normativos dominantes e, se *eles* mudam, a política *queer* deve então ter que mudar *sua* posição em oposição ao que quer que seja atualmente normativo. Não está claro para mim, então, quais são seus objetivos políticos específicos.

- O *queer* abrange uma ampla matriz de identidade e práticas sexuais não-normativas, incluindo algumas que são heterossexuais: “Sadismo e masoquismo, prostituição, inversão sexual, transgeneridade, bissexualidade, assexualidade, intersexualidade são vistos pelos teóricos *queer* como oportunidades de investigação entre as diferenças de classe, raça e etnicidade, e como oportunnides de reconfigurar compreensões do prazer e desejo.” Por exemplo, Pat Califia, em *Feminism and Sadoomasochism*, escreve sobre como o sadomasoquismo encoraja à fluidez, e questiona a naturalidade das dicotomias binárias da sociedade:

A dinâmica entre o superior e o inferior é bastante diferente da dinâmica entre homens e mulheres, negros e brancos ou pessoas da classe alta e trabalhadora. Este sistema é injusto porque ele designa privilégio baseado em raça, gênero e classe social. Durante um encontro sadomasoquista, papéis são adquiridos e usados de formas muito diferentes. Se você não gosta de ser um superior ou um inferior, você muda. Tente fazer isto com seu sexo biológico ou raça ou seu status socioeconômico.

- Esse ponto de vista posiciona esses estudiosos da teoria *queer* em conflito com a visão feminista radical de que sadomasoquismo, prostituição e pornografia são todas práticas opressivas.

- O feminismo radical argumenta que todas as diferenças de poder são sexualizadas, incluindo aquelas construídas através de raça e etnicidade, classe e incapacidade, e que a pornografia e a indústria do sexo como um todo é uma das manifestações mais claras e mais

perniciosas disso – diferença de poder erotizado é o negócio da pornografia, e isso é feito em corpos reais, não na imaginação do consumidor. Além disso, devemos ser claros sobre o prazer e desejo de quem estamos falando – em uma indústria baseada na exploração sexual e abuso. O sadomasoquismo foi sujeito de muitos debates acalourados no interior do feminismo nos 1980s e, aqui, novamente, o feminismo radical não viu nada de novo ou radical sobre recriar a dinâmica de dominação e subordinação – já prevalente dentro da heterossexualidade - no interior de relações não-heteronormativas. Todo esse fenômeno, adotado como anti-heteronormativo (pela política *queer*), já está incluído pelo patriarcado, então não existe grande revolução aqui. Feministas radicais buscam não meramente desafiar, mas *desmantelar* as estruturas do patriarcado; o desafio que o *queer* oferece à cultura normativa é uma *provocação* sem nenhum objetivo político em desmantelar o normativo, do qual, por sua própria definição, dele depende para sua existência como uma posição oposta. Parece que o *queer* não está, assim, tentando buscar a libertação do sistema de diferença de gênero, mas simplesmente buscando tomar liberdades com ele.

- De forma a mudar o sistema social que cria a diferença de gênero como nós conhecemos, você deve consignar as estruturas subjacentes que produzem e sustentam a diferença de gênero – e você deve buscar erradicar o próprio gênero.

- Sem o gênero, sem a diferença de poder, a sexualidade pode ser simplesmente a expressão de desejo entre sujeitos iguais. (Veja a citação de Sue no folheto.)

- No início desta conversa, Debbie citou Shulamith Firestone e, por isso, parece totalmente apropriado para mim concluir retornando ao argumento central do “The Dialectic of Sex”, um que encapsula a abordagem feminista radical do gênero: “A tarefa intelectual e teórica do feminismo é compreender o gênero como um sistema de cria e mantém a desigualdade. A tarefa política do feminismo é erradicar o gênero.”

Fonte:

CAMERON, Debbie; SCANLON, Joan. *Talking about gender*. Trouble & Strife. Disponível em: <<http://www.troubleandstrife.org/new-articles/talking-about-gender>>.